

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA FACE AO
ENSINO REMOTO: ADESTRAMENTO TECNOLÓGICO,
INCLUSÃO DIGITAL, LETRAMENTO DIGITAL**

Stella Cecilia Duarte Segenreich
Universidade Federal do Rio de Janeiro (APO)
stella.segen@gmail.com

Na experiência de pesquisa da autora, voltada para o estudo das políticas públicas da Educação a Distância no Brasil desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), chamaram atenção as questões relacionadas às condições dos professores da educação básica (e dos alunos também) para enfrentar o desafio do ensino remoto em todos os níveis de ensino, proposto pelo MEC a partir de março de 2020, em função da pandemia do Corona Virus. Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico dos textos políticos voltados para a educação (leis, portarias e programas governamentais) que antecederam a pandemia, seguindo a concepção de ciclo de políticas de Mainardes (2006). Ao final desse levantamento constatou-se que, no Brasil, não faltaram propostas governamentais, de qualificação em nível superior de professores, de inclusão dos professores da educação básica no uso de recursos digitais e de disponibilidade de infraestrutura computacional na rede de escolas públicas para atender os alunos. Entretanto, poucas vezes foram estabelecidas metas e mesmo estas não foram cumpridas. O PNE 2001-2010, com um discurso de inclusão digital de alunos e professores, estabelecia em sua meta n. 21 “equipar, em dez anos, todas as escolas de nível médio e todas as escolas de ensino fundamental com mais de 100 alunos com computadores e conexões internet [...]”. Quanto à formação dos professores, iniciativas institucionais pontuais como o Projeto Veredas (2002) coordenado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e governamentais como a Universidade Aberta do Brasil (2006) abriram as portas para a EaD na formação inicial e continuada de professores para cumprir a meta de 70% de qualificação em nível superior (licenciatura) dos professores da educação infantil e fundamental e 100% dos professores do nível médio, definida também pelo PNE 2001-10.

A partir da regulamentação da Ead em 2005, vários autores se pronunciaram a favor ou contra as políticas públicas que estimulavam a educação a distância (EaD),

principalmente no que se refere à formação inicial das licenciaturas. As críticas se baseavam, segundo análise feita por Bahia (2014, p.122), em “resistências e críticas por ser considerada superficial, aligeirada e com o comprometimento de uma formação de base sólida”, concentrando-se em uma formação puramente técnica. Se, por um lado, os projetos de política pública se propunham, pelo menos teoricamente, a aumentar os índices de professores da educação básica com ensino superior mediante a formação inicial de professores a distância, muitos críticos da área acadêmica consideravam a modalidade como pouco formadora, teoricamente, e um adestramento digital no que se refere ao uso dos instrumentos tecnológicos.

Na Tabela 1 estão retratados os índices de professores da educação básica em exercício com formação em cursos de licenciatura sem distinguir a modalidade, a partir dos dados do Censo da Educação Básica 2019 – Resumo Técnico. Neste documento são utilizados somente dados percentuais na tabela analisada, o que exigiu o cálculo dos números absolutos para dar mais visibilidade da realidade. A opção de isolar os cursos de licenciatura se justifica por colocar em evidência a posição corrente de que não é qualquer curso superior que qualifica o professor da educação básica.

Tabela 1. Distribuição dos professores da educação básica em exercício por nível acadêmico de formação e nível de ensino de atuação - 2019

Nível de ensino	Nível Acadêmico			
	% Licenciatura	% Outros *	Licenciatura	Outros*
Educação infantil	73,3	26,7	439.494	160.006
Fundamental 1	80,1	19,9	602.352	149.648
Fundamental 2	86,6	13,4	654.696	101.304
Ensino médio	88,5	11,5	449.492	58.408

Outros* inclui superior completo bacharelado, curso normal, nível médio ou inferior.

Fonte: *Censo da Educação Básica 2019*; Resumo Técnico

Pode-se verificar que o percentual de 26,7% professores em exercício na educação infantil sem licenciatura é o nível de ensino que mais carece de qualificação. Parece um número aceitável apesar de não ter cumprido as metas estabelecidas pelo MEC. Entretanto, se este percentual é traduzido em dados brutos – 160 mil professores em exercício – temos uma visão real do número significativo de pessoas que o percentual retrata. Por outro lado, o alto percentual de professores com licenciatura no ensino médio (88,5%), poderia ser motivo de satisfação assumindo que a licenciatura deu uma formação adequada a quase 500 mil professores em exercício em 2019.

A partir destes dados foram levantadas as seguintes questões: a) os professores que fizeram licenciatura a distância até o momento tiveram mais condições de enfrentar a proposta de ensino remoto? ; b) os atuais cursos de licenciatura – tanto presenciais como a distância – dão uma formação adequada?

Na falta de informações sobre EaD no Resumo Técnico do Censo da Educação Básica 2019, foram levantados dados sobre cursos de licenciatura por EaD na sinopse do Censo de Educação Superior 2018. Do total de 1.628.676 de matrículas na licenciatura em geral, 478.103 são de matrículas em cursos a distância. Esta explosão de matrículas em EaD gerou as críticas à modalidade acima mencionadas. A posição mais defendida por um grupo dedicado a pesquisas sobre EaD no Brasil coincide com a posição de Gatti (2013-2014) de que a modalidade em si é rica em possibilidades, mas deixa a desejar quanto à forma como ela vem sendo desenvolvida no país e quanto à sua pertinência para tipos diferenciados de formação. Uma linha de pesquisa que começa a ser explorada no Brasil, por pesquisadores de EaD, é a de verificar até que ponto as licenciaturas a distância propiciaram uma familiarização ou mesmo adestramento no uso das tecnologias digitais, que facilitou a adoção do ensino remoto indicado pelo MEC em março de 2020.

Em relação aos cursos de Pedagogia como tal, presenciais ou a distância, vários autores têm feito críticas ao currículo do curso. A partir de uma pesquisa abrangendo a análise qualitativa de currículos dos cursos de licenciatura, Gatti (2013-2014, p.2) constatou que eles “mostram a fragmentação entre a formação em área de conhecimento e a formação em educação e práticas de ensino, estas oferecidas de modo insuficiente para formar professores”. Entre suas insuficiências encontra-se a própria instrumentalização do professor para a utilização de recursos digitais em sua prática docente.

Entretanto, o que Bernadete Gatti propõe não se resume a um adestramento ou simplesmente inclusão digital, é uma instrumentalização que se configura como letramento digital, tal como é descrito na pesquisa desenvolvida por Assis e Almeida e publicada no segundo semestre de 2020, em plena pandemia. As autoras se apóiam no livro publicado por Paul Gilster em 1997, como base teórica, que no qual é ampliada a concepção de inclusão digital/adestramento digital defendendo a idéia de que, “além de conhecimento sobre as tecnologias digitais e habilidades para manejá-las, é essencial a

apropriação, ou seja, saber por que utilizá-las, quando, como, onde e, ainda, fazê-lo criticamente” (ASSIS e ALMEIDA, 2020, p.4).

Os resultados da pesquisa, utilizando como metodologia a revisão sistemática de literatura mostram a necessidade dos professores se apropriarem das novas tecnologias digitais para o uso em educação. Pesquisas futuras devem buscar uma melhor compreensão das formas de se desenvolver o letramento digital de professores e, também, de estudantes.

No que se refere ao letramento digital na formação do professor, sua importância foi evidenciada por ocasião da proposta de ensino remoto durante a pandemia do Corona Virus. As autoras sugerem novas alternativas para o desenvolvimento de currículos das licenciaturas: inclusão de disciplinas eletivas e obrigatórias com conteúdos relacionados ao uso das TDIC; oferta de atividades práticas, aulas de laboratório, atividades de iniciativa científica e extensão.

No que se refere aos alunos, também torna-se indispensável este letramento digital não somente para fins de acompanhamento escolar como para o uso crítico da enxurrada de informações que têm invadido as redes sociais e *sites* em todas as faixas etárias. Na possibilidade cada vez mais concreta do ensino remoto continuar a ser oferecido, ainda seria importante acelerar o letramento digital dos principais atores do sistema escolar assim como criar infraestrutura nas escolas para o acesso dos alunos de todas as faixas etárias e categorias econômicas, de acordo com a meta ainda não alcançada do PNE 2001 - 2010. Seria cumprir a última fase do ciclo de políticas de Mainardes (2006): sair da influência, passar para o texto político e deste para a ação.

Analisando propostas de universidades federais, verificou-se que, pelo menos no início, poucas universidades do sistema federal aderiram ao ensino remoto. Para finalizar, é importante destacar que universidades que já desenvolviam EaD tiveram muito mais facilidade de se adaptar às novas regras. Neste texto há espaço somente para citar brevemente como exemplo de projeto institucional para enfrentar essas questões o da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), uma das pioneiras em EaD, como coordenadora do Projeto Veredas. No seu projeto de enfrentamento da pandemia consta o programa *Integração Docente: Ações Formativas para as Práticas Pedagógicas* pelo qual as unidades da direção acadêmica mais ligada à EaD e tecnologias digitais reuniram as suas competências para oferecer, aos professores da Universidade, fóruns,

oficinas, cursos, webinars e outras ações virtuais de apoio no uso de tecnologias digitais no ensino, e o programa foi lançado oficialmente no dia 10 de junho. A existência de uma coordenação de apoio à Ead e recursos digitais na administração central da universidade que acompanhou a inserção dos professores no ensino remoto, facilitou a transição dos professores e que ainda estimulou, positivamente, mediante campanhas como a denominada *Minha Aula Inesquecível*, em que se solicita aos professores o envio de suas melhores aulas para compartilhar com colegas da universidade.

Finalmente, em relação aos alunos, foi feita uma consulta aos estudantes entre 2 e 9 de junho com o objetivo de conhecer as reais condições de estudo durante o período da pandemia, como acesso à internet e a equipamentos de informática. A análise dessa e de outras iniciativas institucionais está prevista como próxima etapa da pesquisa.

Concluindo, nas duas questões formuladas no texto, a primeira ainda não tem respostas suficientes pela pequena quantidade de estudos de caso. Entretanto a segunda questão tem uma vasta produção apontando alternativas, sendo a opção deste texto a valorização do letramento digital independente das modalidades de ensino.

Referências bibliográficas

ASSIS, Maria Paulina; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Letramento digital no ensino superior: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Educação em Questão*. Natal, v. 58, n. 57, p. 1-24, jul./set. 2020.

BAHIA, Norinês Panicacci. *Educação & Linguagem*. v.17, n.2, p.121-143, jul.- dez. 2014

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Sinopse Estatística da Educação Superior*. 2018. Brasília: Inep, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Básica 2019: Resumo Técnico*. Brasília, Inep, 2020.

GATTI, Bernardete. Professores para a Educação Básica: As licenciaturas. *Revista USP*. São Paulo, n.100, p.33-46, dez./janeiro/fev. 2013-2014.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, v. 27, n. 94, p. 47- 69, jan./abr. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *UFMG Corona Virus*. 2020.

Disponível em: <https://ufmg.br/coronavirus>. Acesso em: 04/ago/2020.